



Ata da 40ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo – CPDCN – 25\10\2024

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro, realizou-se a reunião ordinária de forma presencial do CPDCN (Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo), gestão 2021 – 2024, da qual passo a relatar todo o seu conteúdo e contou com as seguintes presenças: representantes da sociedade civil Agnaldo Benedito de Oliveira; Carlos Eduardo da Silva; Décio de Oliveira Vieira; Gil Marcos Clarindo dos Santos; João Cesar Ferreira; Maria Aparecida de Souza Costa Silva; Marlene Alves da Costa; Roseli da Silva Santos; Sandra Regina Baptista dos Santos Silva. Representantes governamentais: Thais Prado Horta, representando a Casa Civil. Justificativas – Sociedade Civil: Maria Cristina Martins e Governamentais: Aline Bernardes Candido dos Santos – Secretária da Agricultura e Abastecimento; Jenipher Queiroz de Souza – Secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas e Vinicius Conceição Silva – Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Presente, Cláudia Katherine de Oliveira Martins – Apoio aos Conselho – Secretária da Justiça e Cidadania - SJC. Convidados (as) – Vania Maria Soares – Fórum Interreligioso – SJC; Marcia Damasceno Silveira – Grande ABC, Adriana Maciel - Igarapé, Jayme Filho - Instituto Axé; Paulo Sérgio de Andrade; Wendel R. Mariano – SJC; João Moreira - Mestre Pelé; Lúcia Helena Silveira – Piracicaba; Rafael Muram; Wesley Menas; Odair Ferreira Borges – Sociedade Civil. O Presidente Gil Marcos faz a abertura da reunião, agradecendo e saudando todos os conselheiros presentes e todos os convidados. Procede a leitura e aprovação da Ata de número 40, a qual foi referendada pelos conselheiros presentes. Marcia Damasceno se apresenta e faz um pequeno resumo do seu trabalho no sentido de apresentar algumas propostas elencadas na reunião que participou com o MINC, reunião está de gestores onde esteve presente também o presidente Gil Marcos Clarindo, relembra as condições dos municípios para a adesão ao SINAPIR e a importância de os municípios aderirem a esse programa. Destaca ainda sua atuação em fortalecer o Consórcio de representantes do Grande ABC, convidando os conselheiros estaduais a conhecerem essa iniciativa. Informa ainda que o Coordenador de Políticas para População Negra – CPPN Dr. Robson Ferreira terá de levantar as demandas dos municípios do interior do Estado para podermos alinhá-los a questão da adesão ao projeto Sinapir. Um ponto importante é que foi feita uma proposta para que o Governo Federal redija uma carta de orientação aos municípios, no sentido de estimular a adesão ao referido programa. Informa ainda que o MINC tem cursos abertos para quem se interessar pelo desenvolvimento do turismo relacionado rotas de turismo afro, assim basta apenas contactar o ministerial. O Presidente Gil Marcos Clarindo informa da importância de regulamentarmos essas iniciativas turísticas, as rotas dos negros, o que manteria a história



afrobrasileira em destaque no cenário nacional. Marcia relembra ainda da função do CPDCN em manter um diálogo com os municípios do interior do estado para o desenvolvimento dos respectivos conselhos bem como a implementação de políticas públicas em âmbito estadual. Vânia Soares se apresenta e reafirmando seu compromisso com o processo de Igualdade religiosa, retomando a questão do Sinapir, relembra que foi a primeira a assinar o programa por Ribeirão Preto e informa das enormes dificuldades que enfrentou para esse fim. Comenta sobre as dificuldades e necessidade de implementarmos um projeto de turismo ao interior do estado com a temática negra, e que é preciso criarmos planos de ação para a consecução desse projeto e principalmente cobrarmos os responsáveis para a realização dessas políticas. Destaca que faz parte do Fórum Inter-religioso, que porém não conta com recursos oficiais, mas na hora da execução não mede esforços para a realização desse fórum, pois entende as dificuldades do nosso povo. Informa ainda que sua viagem a Chicago para representar o país e o Fórum Inter-religioso, foi com recursos próprios, pois o Estado não conseguiu arcar com essa despesa. O Presidente Gil Clarindo entende que o Ministério Público - MP é um órgão que atua independente do Estado e, portanto, não tem o alcance político que poderia. Relata que o Conselho Estadual não conta com recursos e isso interfere na atuação dos conselheiros que precisam se deslocarem para atenderem as demandas dos vários municípios e quando isso é feito, é com recursos próprios, o que dificulta a continuidade desse trabalho. Destaca ainda que não há uma política que priorize recursos para as atividades do CPDCN e o atual governo não se aproxima das atividades do Conselho Estadual, assim ficamos a depender sempre da boa vontade de conselheiros e parceiros para minimamente atuarmos em atividades pertinentes a esse órgão. Conselheira Marlene Alves, informa que participou de algumas reuniões com lideranças negras de municípios e aferiu que, apesar de se empenharem para a formação do Conselho, encontram barreiras nas decisões do executivo, o qual não corrobora com atividades dos conselhos de comunidade negra. Em muitos casos os funcionários(as) e participantes dessas reuniões despendem com recursos próprios para avançarem na luta. Vânia Soares relembra que no Fórum Inter religioso também não conta com recursos oficiais, mas lembra ainda que essa foi sempre a prerrogativa do povo negro, destaca importância de se cobrar as autoridades que em época política prometem uma maior aproximação com nossa comunidade. Gil Clarindo comenta que o Conselho e a Coordenação deveriam caminhar juntos, porém na prática não é o que acontece, pois, um coordenador recebe um salário e os conselheiros são todos voluntários e aí já reside um conflito por si só. Relembra que São Paulo sempre esteve na frente na criação de políticas públicas, mas hoje encontra grandes dificuldades para criar e implementar o Plano Estadual da Igualdade Racial, sendo que é o único estado que possui uma lei de combate ao racismo. Relembra ainda que somos subordinados à secretaria e os dois casos de racismos que discutimos em reuniões passadas foram arquivados por sugestão do secretário. Carlos



Eduardo, relata que o caso acontecido em Franca estava pendente e encaminhado a coordenação, quem saiu como vítima foi o agressor, no qual a vítima teve que pagar multa, e ainda não sabe do andamento do processo que deu entrada com recursos impetrado contra polícia militar. Dr. Agnaldo relembra o caso de Cafelândia, no qual foi feita denuncia em vários órgãos, houve boletins de ocorrência, chegou ao ministério Público, houve a solicitação de arquivamento e através de ofício do CPDCN ao MP aconteceu atendimento para apuração mais detalhada do caso, entende que deve haver mais união entre os órgãos CPDCN - Coordenação de Políticas para População Negra e Governo do Estado, que as demandas que chegam ao CPDCN tenham uma resposta. Que casos como o de Franca (Intolerância Religiosa) que chegou ao conhecimento do CPDCN tenham prosseguimento, e não sejam solicitados o seu arquivamento pelo Secretário - SJC. Vânia Soares entende que a comunidade negra do estado de São Paulo está órfã no tocante a assistência Estadual, também acontece em sua pasta quando enfrenta os casos de racismo religioso. Cida Costa parabeniza o conselheiro Carlos Eduardo pela coragem de se candidatar e dar a “cara para bater”. Mestre Pele - representando o Consórcio ABC, informa que desenvolve um trabalho com a Comunidade Negra com relação a capoeira e convida o CPDCN para evento do Consórcio, relata ainda que nessas eleições, 2 candidatos negros da região foram eleitos. Cida Costa desabafa, esperamos muito do governo, temos um plano de igualdade racial que não sai, a medalha que seria uma honraria instituída por esta gestão carece de avançar com a documentação, soubemos hoje que esta documentação da medalha em homenagem ao Professor Eduardo de Oliveira vai ter o processo finalizado, só não sabe quando. A relação do Conselho com o governador não é prioridade para o chefe do executivo, porém é preciso avançar, nossa comunidade conta com o nosso trabalho mesmo que seja tão dificultoso. Thais Horta se propôs a redigir um ofício em nome do CPDCN e enviar a secretária do Governador marcando uma reunião para tratarmos desses assuntos aqui veiculados. O Presidente Gil Clarindo expressa sua indignação por nós não conseguirmos ainda marcar e sermos recebidos pelo governador, não foi por falta de tentativas nossa, mas parece que não somos, enquanto representantes da comunidade negra, prioridade para esse governo a não ser uma aprovação, o que surpreendeu, de uma Lei Estadual antirracismo, assinada recentemente. O Presidente Gil Clarindo procede a um resumo das principais pautas discutidas em reunião de Gestores de Conselhos, reunião essa promovida pelo Ministério de Igualdade Racial. Informa da tentativa de apoio do governo federal quanto as pautas da comunidade negra, porém quanto ao agronegócio, a comunidade não conta com apoio nenhum desse segmento. Há problemas com o quilombo que envolve a Caverna do Diabo, pois os recursos aferidos não são direcionados ao povo do quilombo, há ações quanto a esse processo, mas as dificuldades são enormes. Informa que pelo Brasil, nossa comunidade ainda sofre muito, há regiões carentes de água, energia elétrica, postos de saúde, escolas, além da



saúde muito precarizadas nessas regiões. Informa ainda que há municípios que dependem do auxílio governamental, como o bolsa família que é a renda de muita gente nesses municípios e com certeza nesses municípios carentes os que mais sofrem são parcela grande da comunidade negra. Informa ainda das condições importantes para que se formem os Conselhos nos municípios e as lideranças desses municípios se conscientize da importância da adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, que é um programa que visa à doação de bens e equipamentos básicos ao funcionamento dos órgãos públicos e dos conselhos de promoção da igualdade racial nos municípios, estados e no Distrito Federal. Informa ainda que nessa reunião de Gestores de Conselhos promovidas em Brasília, uma Carta de Intenções foi produzida e essa carta segue anexa a essa ata. O Presidente Gil Marcos Clarindo se sente surpreso, pois de várias atividades executadas pelo Conselho, mesmo sendo seus membros voluntários, não vê nenhuma propaganda nesse sentido. O Presidente Gil Clarindo relembra que em programa produzido pela Faculdade Zumbi dos Palmares no sentido de preparar melhor as pessoas para a formação de Conselhos, não teve 15% de adesão, entende que há falhas ainda presentes na Comunidade e que devemos superar com trabalho. Dra. Roseli comenta que devemos buscar formas de melhorar a formação de nossos professores mesmo que de cima para baixo, equacionando horários de aula e fomentarmos uma maior responsabilidade para que a Lei 10.639-2003 seja efetivamente disseminada e aplicada nas escolas. O Conselheiro Carlos Eduardo, entende que a formação dos professores é de suma importância para podermos exigir uma maior abrangência da aplicabilidade da Lei 10.639-2003. Conselheiro Dr. Agnaldo infere que o então Governador Dória enfatizava o compromisso do Estado em aprofundar a questão de se promover uma Educação antirracista, porém informa ainda que grande parcela dos municípios de São Paulo não faz gestão da Lei 10.639.2003. Vânia Soares comenta que há uma tendência na Secretaria da Educação em promover a formação dos professores, mas é nas escolas que isso se arrefece, precisaria consciencializar melhor esses professores. Dra. Roseli informa que o Conselho deveria participar de todas as audiências públicas, até no sentido de acompanhamentos dos processos e das grandes discussões no nosso Estado. Dra. Adriana se apresenta falando de sua formação pela Faculdade Zumbi dos Palmares explanando sobre seu trabalho possibilitando que pessoas mais vulneráveis tenha direito a acessarem uma advocacia de qualidade. Senhor Jayme Filho se apresenta explanando sobre o Instituto Axé, um instituto que promove o empreendedorismo negro, fundado recentemente, mas já conta com alguma experiência e que seu trabalho como empresário é ligado às religiões de matriz africana, e direcionado às pessoas periféricas, estimulando a criatividade das pessoas na comunidade. Thais Horta informa também que não afere nenhum tipo de remuneração nenhuma, mas tem forte ligação com a comunidade negra. Senhor Paulo Sérgio se apresenta falando do seu trabalho, é ativista cultural ligado à música de periferia e com quase que sem recursos desenvolve um trabalho junto a esses jovens de periferia desde os anos 90. Gil Clarindo informa que o evento em Bauru está marcado para 30/11. Evento das Cidades Antirracistas. Conselheira Cida Costa comenta que quanto ao regimento interno, a secretaria não deu andamento às reuniões planejadas e corremos



o risco de não aprovarmos nesta gestão, entende que é preciso falar com o coordenador e o secretário para agilizarmos essa questão ou a próxima gestão incorrerá nos mesmos problemas que enfrentamos. Dra. Roseli entende que precisamos levar à coordenação o fato de não reunirmos no presente momento, condições técnicas para aprovação do regimento interno ainda nesta gestão. Cida Costa retomando o assunto do Regimento Interno, comenta que foi realizada apenas uma reunião da comissão do regimento, construído um rascunho em forma de uma minuta, porém não houve prosseguimento, pois temos em breve, nosso evento e ainda os trabalhos para aprontarmos a eleição de novos conselheiros para a próxima gestão. A Conselheira Sandra Baptista afirma que a discussão do regimento interno teria que ser debatida com a presença do coordenador Robson, pois ele é um dos mais interessados. O Presidente Gil Clarindo informa que vai propor uma reunião extraordinária com o Secretário para discutirmos essa questão. Conforme mencionado na presente ata, segue anexo a Carta Recomendação do 2º Encontro de Gestores e Conselheiros de Promoção de Igualdade Racial promovido pelo MINC (Ministério de Igualdade Racial). Sem mais a discutir no momento, o presidente Gil Clarindo encerra a reunião e eu Décio de Oliveira Vieira (conselheiro), redigi a presente ata.



Recomendação à Plenária do 2º Encontro de Gestores e Conselheiros de Promoção da Igualdade Racial.

O conjunto de conselheiros/as e gestores/as das Políticas de Promoção da Igualdade Racial presentes neste 2º Encontro realizado nos dias 16,17 e 18 de outubro de 2024, saúda a iniciativa do Ministério da Igualdade Racial de ampliar o diálogo com as representações da sociedade civil e seus espaços de participação social.

Considerando a qualidade das discussões em todos os aspectos no tocante a promoção da igualdade racial; considerando as constantes dificuldades de criar e implementar as políticas públicas de igualdade racial em todo o Brasil; considerando que a grande maioria dos gestores municipais (prefeitos e prefeitas, governadores e governadoras) não tem interesse pela criação e implementação das referidas políticas aqui citadas; considerando que se faz necessário a obrigatoriedade legal de criação de órgãos gestores, bem como os conselhos municipais, os gestores e conselheiros ora reunidos, deliberaram pela recomendação de se discutir junto ao Ministério da Igualdade Racial e Congresso Nacional a criação de um projeto de lei que venha a determinar que todos os gestores municipais criem os seus órgãos gestores e os respectivos conselhos municipais PIR, garantindo e efetivando os fundos públicos de financiamento da política PIR, tendo como princípio a participação social na qualificação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção da igualdade racial, tendo como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente, concernente a obrigatoriedade de se criar e implementar os conselhos tutelares.

A criação de um dispositivo que aponte a obrigatoriedade desses mecanismos no Estatuto da Igualdade Racial é essencial para garantir tanto o avanço como a manutenção das políticas, garantindo pilares essenciais que dão corpo ao SINAPIR como sistema de importância nacional, tal qual o SUS, o SUAS, SNC e outros semelhantes.

Subscrevem e aclamam as gestoras/es, conselheiras/os aqui presentes.

Brasília, 18 de outubro de 2024.